

A INCAPACIDADE PARA O DIÁLOGO: PONDERAÇÕES SOBRE A ASSERÇÃO GADAMERIANA À LUZ DA HODIERNIDADE

The inability for dialogue: considerations on Gadamer's assertion in contemporaneity

Mateus Lorenzon¹

Luiz Marcelo Darroz²

Renata Maraschin³

RESUMO

Neste ensaio realiza-se ponderações acerca do texto “*A Incapacidade para o diálogo*” de Hans-Georg Gadamer ([1972] 2011), discutindo-o e analisando-o à luz das configurações sociais e antropológicas contemporâneas. Para tanto, propõe-se um duplo movimento em que se discorre sobre a dimensão formativa do diálogo na perspectiva hermenêutica e, posteriormente, analisam-se alguns elementos que caracterizam a sociedade contemporânea, entre as quais se destaca a consolidação de uma racionalidade neoliberal e a siliciocolonização do mundo. As mudanças antropológicas, ontológicas e sociológicas decorrentes das reconfigurações nas esferas mercantis e produtivas acentuam um processo de instrumentalização da linguagem que, conseqüentemente, torna os indivíduos menos propensos a relações dialógicas. Tal inferência possui implicações éticas e, sobretudo, sociais, à medida que um indivíduo não propenso ao diálogo tende a tornar-se solipsista e incapaz de estabelecer laços sociais duradouros. Assim, a incapacidade para o diálogo comporta em si a gênese da morte do homem público e a ruína civilizacional.

Palavras-chave: Diálogo. Hermenêutica. Neoliberalismo.

ABSTRACT

In this article, considerations are made about Hans-Georg Gadamer's text "The Inability for Dialogue" ([1972] 2009), discussing and analyzing it considering contemporary social and anthropological configurations. To do so, a dual movement is proposed, in which the formative dimension of dialogue in the hermeneutical perspective is discussed, while

¹ Universidade de Passo Fundo – UPF. E-mail: mateusmlorenzon@gmail.com

² Universidade de Passo Fundo – UPF. E-mail: ldarroz@upf.br

³ Universidade de Passo Fundo – UPF. E-mail: renatamaraschin@upf.br



simultaneously analyzing some elements that characterize contemporary society, among which the consolidation of a neoliberal rationality and the silicon colonization of the world stand out. It is observed that the anthropological, ontological, and sociological changes resulting from reconfigurations in the commercial and productive spheres accentuate a process of instrumentalization of language, which consequently makes individuals less prone to dialogical relationships. Such an inference has ethical and, above all, social implications, as an individual not prone to dialogue tends to become solipsistic and incapable of establishing lasting social ties. Thus, the inability for dialogue carries within itself the genesis of the death of the public and the ruin of civilization.

Keywords: Dialogue. Hermeneutics. Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, realiza-se ponderações acerca do texto “*A Incapacidade para o diálogo*” de Hans-Georg Gadamer ([1972] 2009), discutindo-o e analisando-o à luz das configurações da sociedade contemporâneas. No ensaio, publicado na obra *Verdade e Método II - Complementos e Índices*, o filósofo alemão questiona-se acerca da emergente incapacidade para o diálogo, evidenciada pela monologização das ações humanas (GADAMER, 2009). O autor, adotando uma perspectiva de recusa a crença absoluta e neofílica em relação ao desenvolvimento científico-tecnológico e a racionalidade instrumental (CRUZ, 2010), conjectura que a degradação de uma capacidade natural do homem para o diálogo deveria ser decorrente de fenômenos e situações sociais “[...] em que desaprendemos a falar, esse falar que é falar para alguém, responder a alguém e que chamamos da conversa” (GADAMER, 2009, p. 252). Logo, identifica-se a hipótese assumida pelo autor de que o desenvolvimento técnico-científico estaria diretamente associado à incapacidade de dialogar, na medida em que a postura epistêmica oriunda do iluminismo, não apenas instrumentalizaria a relação do homem com os seus semelhantes, mas também consigo mesmo.

Na medida que reconhece-se o diálogo não como método, mas sim como um fundamento ético e ação necessária para a formação humana (HERMANN, 2003) e ampliação de horizontes de sentido (FLICKINGER, 2010), percebe-se que a incapacidade de dialogar possui profundas implicações para a formação de um indivíduo responsivo e para a constituição da virtude da solidariedade (ROHDEN, 2020). Acrescenta-se ainda uma suposição, a partir de uma leitura sociológica da contemporaneidade, que incapacidade de



dialogar estaria subjacente a emergência de personalidades autoritária e pós-democrática, nas quais há confiança absoluta nas auto-verdades, uma incapacidade de compreensão e a instrumentalização do outro (CASARA, 2018, 2019; DUNKER, 2020). Com isso, realizar ponderações acerca da atualidade do ensaio de Gadamer (2009), requer a realização de um diagnóstico da contemporaneidade, a fim de identificar o contexto seminal da emergência ou de elementos fomentadores do indivíduo incapaz de dialogar.

Assume-se como hipótese subjacente a este ensaio de que há uma mudança ontológica e antropológica em curso que não poderia ser justificada somente pela otimização de recursos tecnológicos e informacionais ou ainda pela introjeção de uma racionalidade instrumental oriunda de um paradigma moderno-iluminista. Argumenta-se que a reconfiguração contemporânea nos indivíduos, fazendo com que adotem posturas solipsistas e a valorização da *téchne* em detrimento da *phrónesis*, deve-se a emergência de uma racionalidade neoliberal (DARDOT, LAVAL, 2016). A consolidação do Neoliberalismo como uma razão-mundo, ocorrida a partir da década de 1980, faz com que a lógica concorrencial transborde a esfera econômica-mercantil e passa a ser introjetada na subjetividade humana, modificando o modo como se estabelecem as relações sociais e a percepção do outro. Assim, infere-se que a emergência de um sujeito neoliberal fomenta a incapacidade para o diálogo.

A fim de consecutar o objetivo exposto anteriormente, o ensaio encontra-se organizado em três seções. Na primeira, nomeada de “O conceito de diálogo na obra de Hans-Georg Gadamer” disserta-se acerca do diálogo e a sua dimensão formativa. Atenta-se, especialmente, para o texto já citado “*A Incapacidade para o diálogo*”, no qual busca-se identificar, na perspectiva assumida pelo filósofo alemão, os elementos que agem como impossibilitadores do diálogo. Na segunda seção, intitulada “Um diagnóstico de época: elementos característicos da sociedade contemporânea”, busca-se realizar uma análise sociológica do contexto atual, identificando alguns elementos relacionados à emergência de uma racionalidade neoliberal. Por fim, tecem-se alguns comentários a respeito da intersecção proposta entre a impossibilidade do diálogo e a constituição de uma sociedade neoliberal.



O CONCEITO DE DIÁLOGO NA OBRA DE HANS-GEORG GADAMER

Nesta seção do estudo, discorre-se acerca do conceito basilar deste ensaio na obra de Gadamer (1997, 2009), buscando, inicialmente, conceituar o diálogo como uma postura ética e uma “[...] possibilidade de experimentar nossa singularidade e a experiência do outro com suas objeções ou sua aprovação” (HERMANN, 2003, p. 91). Utiliza-se como fundamento desta seção do estudo, o ensaio *A Impossibilidade para o diálogo* (GADAMER, [1972] 2009), a partir do qual se tecem alguns comentários e ponderações acerca de aspectos arbitrariamente elencados como essenciais. Utilizou-se para a discussão, além do ensaio supracitado, os escritos de Dalbosco (2007, 2021), Flickinger (2010, 2013) e Hermann (2003).

Conforme exposto anteriormente, a hermenêutica gadameriana se insere em um movimento emergente no século XX de colocar em suspensão a confiança absoluta depositada abordagem epistemológica característica da ciência moderna (CRUZ, 2010). Heidegger ([1953] 2007) já identificava, na conferência *A Questão da Técnica (Die Frage nach der Technik)*, que a racionalidade instrumental fomentaria um processo de objetificação da realidade e, conseqüentemente, de si próprio. A hermenêutica, destaca Flickinger (2010, p. 107-108) tensiona a perspectiva epistemológica iluminista na medida em que

lembra estar o ser humano, bem antes de qualquer atividade reflexionante, inserindo em seu mundo e dele fazendo parte. Por isso mesmo, seria ele incapaz de transformá-lo em mero objeto de sua manipulação sem, com isso, perder de vista algo essencial. Se reduzíssemos, desse modo, nossas experiências à mera objetificação do mundo, ocultaríamos o rico potencial de sentido que resulta do vir deste ao nosso encontro em condições por nós não dominadas.

Em síntese, se identifica que a racionalidade da ciência iluminista-moderna se assentava em uma concepção de verdade em que haveria “[...] correspondência da coisa com sua essência” (HERMANN, 2002, p. 38). Decorre disso que o empreendimento científico equivaleria a um processo de demarcar os “[...] os limites da verdade” (FLICKINGER, 2010, p. 112). A recusa ao pressuposto cientificista moderno é acompanhada por uma retomada do pressuposto de verdade como *alétheia*, isto é, como desvelamento ou “[...] que a verdade é o não-esquecido, o não-oculto, o lembrado, o

manifesto. A verdade aparece como revelação, velamento e desvelamento, deslocando-se da subjetividade para o mundo prático como um novo abrir ao mundo” (HERMANN, 2002, p. 38-39).

Gadamer (2009), ao retomar a filosofia platônica, identifica que a escolha do filósofo grego pelo diálogo não decorria apenas de uma opção de estilo, mas sim por ver “[...] ali um princípio da verdade, segundo o qual a palavra só encontra confirmação pela recepção e aprovação do outro e que o pensamento que não viesse acompanhado do pensamento do outro seria inconsequente e sem força” (*Idem*, p. 246). Neste viés, se identifica que a verdade requer uma confirmação intersubjetiva que não é abarcada na perspectiva epistemológica moderna, na qual haveria um esforço de fechamento e delimitação do sujeito e do objeto. Em contrapartida, na hermenêutica há a necessidade de uma abertura ao outro, o que implica em “[...] atribuir valor fundamental ao diálogo” (DALBOSCO, 2007, p. 67), pois “[...] o caminho da verdade passa pelo diálogo” (GADAMER, 2009, p. 247).

Dada a imprescindibilidade das relações intersubjetivas para o processo de desvelamento da verdade, torna-se necessário definir conceitualmente o que se entende por diálogo. Nesta perspectiva, Gadamer (2009, p. 247) afirma:

Um diálogo é, para nós, aquilo que deixou uma marca. O que perfaz um verdadeiro diálogo não é termos experimentado algo novo, mas temos encontrado no outro algo que ainda não havíamos encontrado em nossa própria existência do mundo. [...] O diálogo possui uma força transformadora. Onde um diálogo teve êxito ficou algo para nós e nos transformou.

Diante do exposto, observa-se que o diálogo implica uma abertura ao outro, a partir da qual ocorre um processo de transformação dos envolvidos, na medida em que se torna possível uma ampliação de perspectivas de mundo e expansão das individualidades, revelando a dimensão formativa da ação dialógica. Para Gadamer (1997) e Flickinger (2010, 2013) o jogo poderia ser compreendido como a base ontológica para pensar o diálogo, pois no ato de jogar assiste-se uma disposição do sujeito a assumir um risco, enquanto se sente respaldado pela “[...] ausência de consequências ameaçadoras” (FLICKINGER, 2013, p.



81). Soma-se a isso que no ato de jogar há a imprescindibilidade da presença de um outro, sem o qual não se torna possível “o vaivém pertencente tão essencialmente ao jogo que, em último sentido, faz que de forma alguma haja um jogar-para-si-somente” (GADAMER, 1997, p. 180).

Do jogador que se dispõe a jogar, exige-se uma renúncia a uma pretensão de domínio sobre o que está ocorrendo, pois isso implicaria em atentar a própria natureza do jogo (ROHDEN, 2020). Flickinger (2010, p. 113) corrobora com essa perspectiva, na medida que destaca o necessário enlaçamento dos participantes em que se exige a “a entrega de cada um a um processo não dominável por nenhum participante separadamente”. Assim, a incapacidade de prever o resultado do jogo ou apropriar-se dos demais jogadores revela que aquele que se dispõe a jogar adota uma postura radical de abertura do que possa ocorrer. O jogador não é detentor do jogo, mas é “o jogo se assenhora do jogador” (GADAMER, 1997, p. 181), ou ainda, “todo jogar é um ser-jogado” (*Ibidem*, p. 181).

Tal como o ato de jogar, o diálogo autêntico também exige renunciar a pretensão de domínio sobre o interlocutor, bem como a adoção de uma postura de abertura e uma pressuposição de “[...] que o participante esteja aberto para mudar sua própria posição” (HERMANN, 2002, p. 93). Ao dialogar, Gadamer (2009) afirma que o sujeito tem a possibilidade de entrar em contato com uma pluralidade de interpretações e compreensões de mundo que são sempre singulares. Deste modo, o diálogo autêntico sempre representaria “[...] uma expansão de nossa individualidade e um experimento da possível comunidade a que nos convida a razão” (*Ibidem*, p. 246). Reitera-se então, que o indivíduo que se envolve em um processo dialógico encontra-se em um processo formativo e, sobretudo, autoformativo (HERMANN, 2002; FLICKINGER, 2010)

A dimensão ético-formativa do diálogo também é ressaltada por Blanco (2023), para quem o envolvimento no diálogo vivo abre possibilidade de relativizar e interrogar as perspectivas dogmáticas e doutrinárias do mundo, permitindo aos indivíduos “a deliberar e decidir por reavaliar e mudar sua forma de pensar em relação a diversas certezas tidas como inabaláveis ou, simplesmente, manter-se como está” (BLANCO, 2023, p. 153). Logo, perspectivas autoritárias ou doutrinárias de compreender o mundo revelam, sobretudo, a incapacidade dos sujeitos adotarem uma perspectiva de abertura à alteridade do outro, adotando uma postura de manutenção das certezas e desvelam a incapacidade de renunciar



a uma postura epistemológica solipsista (FLICKINGER, 2010).

Assim, o processo dialógico permite que os sujeitos se projetam em “[...] um espaço-tempo de espelhamento e autoespelhamento” (BLANCO, 2023, p. 114). O diálogo não comporta somente polos distintos de fala e escuta, mas também a existência de espaços de silêncio, nos quais os indivíduos adotam perspectivas reflexivas e auto reflexivas. Assim, assume-se que o diálogo, “[...] possui [...] uma infinitude interna e não acaba nunca. O diálogo é interrompido, seja porque os interlocutores consideram já ter dito o suficiente, seja por não terem mais nada a dizer. Toda interrupção desse diálogo guarda, por sua vez, uma referência interna à retomada do diálogo” (GADAMER, 2009, p. 181). Neste viés, assume-se que a disponibilidade ao diálogo leva ao reconhecimento da incompletude do indivíduo, na qual as suposições assumidas nunca são compreendidas de modo dogmático.

Desta forma, reitera-se que o diálogo exige do indivíduo uma postura de abertura ao outro, tornando-se possível reconhecer a falibilidade e modificar as pressuposições assumidas. No entanto, Gadamer (2009) e Flickinger (2014) destacam que nem todo o processo de conversação ou comunicação verbal pode ser compreendida como um diálogo vivo. No ensaio citado anteriormente, Gadamer ([1972]2009) levanta a hipótese de que, no contexto temporal do ensaio, o avanço científico-tecnológico estaria intimamente associado à incapacidade para o diálogo. Na próxima seção do ensaio, retoma-se essa suposição assumida por Gadamer (2009), argumentando que, no contexto contemporâneo, soma-se ao pensamento instrumental à racionalidade neoliberal que promove uma reconfiguração antropológica e ontológica nos indivíduos.

UM DIAGNÓSTICO DE ÉPOCA: ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Na seção anterior, discorreu-se acerca do conceito de diálogo em uma perspectiva gadameriana. Por fim, realizou-se ponderações acerca do ensaio “*A Incapacidade para o diálogo*” ([1972] 2009), a partir das quais se identificou o entendimento do filósofo alemão de que o avanço científico-tecnológico era um fenômeno subjacente à incapacidade de dialogar (GADAMER, 2009). No lapso cinquentenário que separa o presente da época de escrita do ensaio, assistiu-se um processo acentuado de surgimento e otimização de recursos



de comunicação com potencial de empobrecimento comunicativo. Uma análise sociológica da contemporaneidade evidencia que a isto, soma-se às transformações na esfera mercantil e a sua conseqüente transdução para a economia psíquica e simbólica (DUFOUR, 2008). Assim, nesta seção assume-se o objetivo de apresentar sinteticamente um diagnóstico da contemporaneidade, buscando identificar elementos que a constituem e tendem a fomentar a incapacidade para o diálogo.

Ao buscar analisar a relação entre tecnologias digitais e novas formas de vida, Dalbosco (2021) identifica uma pluralidade de traços fundantes da sociedade contemporânea, no entanto enfatiza que “[...] um deles [é] a tecnologia digital, que a domina por inteiro” (*Ibidem*, p. 78). Tal constatação encontra suporte em uma diversidade de autores, muitos dos quais optam pela adoção de perspectivas opostas de tecnofilia e tecnofobia. Salvaguardando as distinções teóricas e aportes epistemológicos que sustentam essas posições, as diferentes perspectivas convergem ao indicar uma tendência irremediável à onipresença de tecnologias e mídias digitais nas esferas privada, produtiva e socializadora.

Embora um esforço analítico da consolidação de uma sociedade digital requeira uma vigilância epistemológica, a fim de evitar perspectivas extremadas (DALBOSCO, 2021), é imperioso reconhecer as conseqüências antropológicas e sociológicas desse fenômeno. No âmbito social, Postam (2001), Andreoli (2018) e Han (2022) adotam perspectivas similares ao identificar o desaparecimento de um homem público e disposto a participar de discussões complexas acerca da esfera política. Assim, a onipresença da tecnologia supera a dimensão instrumental ao interseccionar-se aos processos de subjetivação, levando ao desenvolvimento de um hábito psíquico de priorizar a busca pelo entretenimento e a satisfação pessoal. Nesse viés, Dalbosco (2021, p. 88-89) afirma que:

A tecnologia digital provoca a virtualização do mundo e das relações humanas, fazendo com que se perca a base afetiva que se mostra na relação face a face. Isso põe a questão de saber o que significa o fato de as relações humanas contemporâneas assumirem cada vez mais a dimensão virtual em detrimento das relações presenciais. Moldam-se novas formas de vida que parecem dispensar a presença do outro, manifestadas pelo seu olhar, pela sua fala ou até mesmo pelo seu silêncio enigmático e questionador.



Assim, a mobilidade e a portabilidade das tecnologias digitais, para além da constituição de um hipotético espaço topológico e democrático de difusão de informações (SERRES, 2013), acarretou a atomização e a individualização dos sujeitos. Há, conforme Ferreira (2022), a formação de uma geração de indivíduos emocionalmente frágeis e que estão em um constante “[...] processo de isolamento narcísico e hedonista” (CASARA, 2019, p. 51), tornando-se incapazes de renunciar os interesses e perspectivas individuais em nome da coletividade, da responsividade e da solidariedade.

No entanto, é fundamental reconhecer a pluralidade de aspectos constitutivos e característicos da sociedade contemporânea, não reduzindo a análise das dimensões relacionadas às tecnologias digitais da informação e comunicação. Elege-se, como objeto de análise complementar, a constituição de uma sociedade transversalizada por uma racionalidade neoliberal e, conseqüentemente, a emergência de um *neosujeito* (DARDOT, LAVAL, 2016; CASARA, 2021). Nesta perspectiva, não se pode dissociar tecnologias digitais de neoliberalismo, na medida que as mídias e os novos recursos tecnológicos podem ser compreendidos como estratégias de produção de uma subjetividade neoliberal, uma vez que permitem a introjeção de normas de conduta, hábitos psíquicos e um apelo ao consumo por meio de estratégias psicopolíticas (HAN, 2020).

Todavia, é fundamental reconhecer que a ausência de uma discussão acerca do neoliberalismo e do neosujeito como um elemento inibidor do diálogo não é um demérito no ensaio de Gadamer ([1972] 2009), tendo em vista que, historicamente, a discussão proposta pelo filósofo alemão encontra-se em um momento que as teorias neoliberais começam a ser experimentadas como políticas econômicas (DARDOT, LAVAL, 2016; LAVAL, 2020). Soma-se a isso, que no período do ensaio supracitado, percebia-se na Alemanha e em demais países europeus a predominância de uma política econômica organizada em torno de uma perspectiva ordoliberal, na qual ainda há uma ação política de proteger “a sociedade dos efeitos econômicos da concorrência pelo apoio de estruturas de enquadramento comunitário ou de formas de atividades que estimulem a responsabilidade individual, como a pequena empresa” (LAVAL, 2020, p. 64).

Os principais *locus* de experimentação da vertente norte-americana do neoliberalismo, constituem-se a partir da década de 1970, merecendo especial ênfase o caso



chileno, sob a ditadura de Augusto Pinochet (Chile, 1973-1990), os Estados Unidos sob a administração de Ronald Reagan (Estados Unidos, 1981-1989) e a experiência britânica sob comando de Margaret Thatcher (1979-1990)⁴. De modo sintetizado, nos casos supracitados, foi levado a cabo uma política econômica de desregulamentação do mercado, redução do papel do estado e a permissividade da concorrência inescrupulosa. Neste viés, Dardot e Laval (2016) e Laval (2020) identificam a emergência de uma política social com o “[...] objetivo de criar um ambiente concorrencial ao qual os indivíduos devem se adaptar” (LAVAL, 2020, p. 67).

Observa-se que lógica de gestão empresarial transborda a esfera mercantil e passa a transversalizar os diferentes fenômenos sociais e culturais, bem como fomentar uma mudança antropológica e ontológica. O neoliberalismo, outrora teoria e política econômica, transforma-se em uma racionalidade que exige e produz um neosujeito condicionado por valores e normas oriundas do mercado (DARDOT, LAVAL, 2016; CASARA, 2021). Na contemporaneidade, a alteração na constituição ontológica e antropológica torna-se evidente na medida em que se passa a cultuar o indivíduo empreendedor de si (HAN, 2017) e compreende-se a força de trabalho não como mercadoria, mas sim como um investimento (CENCI, 2020).

A fim de consecutar o objetivo do presente ensaio, interessa-nos particularmente o processo de capitalização da força de trabalho, pois ele seria um indicativo da introjeção da lógica concorrencial na esfera antropológica. Para Cenci (2020, p. 97):

Esse capital[humano] não é um capital como os outros, pois é indissociável do indivíduo que o detém na medida em que as aptidões físicas e psicológicas não podem ser separadas do próprio trabalhador que as possui. O trabalhador é uma máquina que passa por ciclos e tem um período de utilização até a sua obsolescência pelo envelhecimento ou, hoje, por sua defasagem em relação ao incremento de novas tecnologias e da automação. Não se trata mais aqui de observá-lo como força de trabalho vendida a um capital que seria investido numa empresa, mas de um trabalhador considerado pela teoria do capital humano como empresário de si mesmo.

⁴ No caso brasileiro, observa-se que a política econômica sofreu uma guinada à uma perspectiva neoliberal a partir da década de 1990 (SAAD FILHO, MORAIS, 2018).



Assim, a introjeção de uma racionalidade neoliberal faz com que o indivíduo passe a compreender-se que o valor atribuído a sua força de trabalho está diretamente associado ao investimento por ele realizado em si mesmo. O desenvolvimento permanente de novas aptidões, o aperfeiçoamento constante de competências, a *lifelong learning* e o esforço para estabelecimento de um *networking* que possa ser utilizado conforme demanda tornam-se parte do vocabulário cotidiano. Salienta-se ainda que essa reconfiguração antropológica do indivíduo é fomentada e legitimizada por uma pedagogia do desemprego (DOWBOR, 2013, 2020), na qual destina-se aos indivíduos que encontram-se subempregados ou em condições de trabalho precarizadas um discurso persecutório e culpabilizador de que o estado em que se encontram é decorrente de sua própria incapacidade de aperfeiçoamento constante. No entanto, reconhece-se que nessa massa anônima de desempregados, há sempre alguém disposto a concorrer às vagas de emprego ocupadas. O outro torna-se uma ameaça a sua condição de trabalho.

A lógica concorrencial torna-se naturalizada nas ações cotidianas, desencadeando sofrimento e gestão psíquica (HAN, 2017; DUNKER, 2020, 2023; FRANCO *et al*, 2023), bem como corrói a estabilidade e integridade social (CASARA, 2018, 2019). O modelo de sujeito necessário e produzido pela racionalidade neoliberal é, sobretudo, um indivíduo hedonista e solipsista, propenso a ser inserido em uma lógica de desejo-consumo (DUFOUR, 2008) e que supervaloriza a adoção de um modo de vida pragmático e utilitário. Reitera-se que essa mudança psíquica reverbera na ontologia do próprio indivíduo, à medida que, conforme Dardot e Laval (2016, p. 371) “[...] quanto mais o ser humano envereda por esse vício em objetos mercantis, tende a se tornar ele próprio um objeto que vale apenas pelo que produz no campo econômico, um objeto que será posto de lado quando tiver perdido a performance quando não tiver mais uso”.

Assim, em um contexto neoliberal há um processo de auto-reificação, na qual o indivíduo se coisifica na medida que, ontologicamente, percebe-se como um objeto de permanente investimento. Dardot e Laval (2016) argumentam que em uma racionalidade neoliberal haveria uma maior adequabilidade em utilizar o conceito de *objetalização*, na medida em que “[...] não se trata simplesmente de transformar o outro em coisa [...] mas de não poder mais conceder ao outro, nem a si mesmo enquanto outro, nada além de seu valor



de gozo, isto é, sua capacidade de render um *plus*” (Ibidem, p. 371). Há uma negação da alteridade na medida que este passa a ser reconhecido somente como um objeto com quem se estabelecem contratos e relações decorrentes de cálculos de custo-benefício.

Em desdobramento disso, há no contexto neoliberal, uma recusa à alteridade, na medida em que ela poderia ser um indicativo da fragilidade do indivíduo. Assim, Dunker (2020, p. 15) caracteriza a contemporaneidade como um período “falicização da fala”, na qual pensa-se que “[...] o protagonista é quem fala e o subordinado quem escuta” (Ibidem, p. 15). A escuta assume, no imaginário social contemporâneo, um valor negativo, pois se passa a valorizar, conforme Casara (2018, 2019, 2021), uma postura autoritária em que se espera que o outro referende a auto-verdade pressuposta.

Neste viés, a racionalidade neoliberal impõe um duplo desafio à postura dialógica. O primeiro refere-se a objetificação/*objetalização* do outro e a emergência de uma personalidade autoritária, nas quais nega-se a alteridade dos demais indivíduos, não reconhecendo as suas compreensões de mundo como válidas. Em concomitância a isso, assiste-se uma mudança de caráter ontológico, em que o sujeito passa-se a perceber como objeto de contínuo auto investimento, a fim de que manter-se como participante da esfera produtiva. Tal percepção reverbera em uma perspectiva pragmática em relação ao mundo, no qual se estabelecem relações sociais com base em um processo calculador. Assim, se o neoliberalismo não é a causa da incapacidade do diálogo, ele precisa ser compreendido como um elemento que fomenta este processo, somando-se a postura epistemológica calculadora oriunda da ciência moderna e ao desenvolvimento de novos recursos comunicacionais.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Neste ensaio, buscou-se realizar ponderações acerca do texto “*A Incapacidade para o diálogo*” de Hans-Georg Gadamer ([1972] 2009), discutindo-o e analisando-o à luz das configurações sociais contemporâneas. Na primeira seção do estudo, discorreu sobre o conceito de diálogo em Gadamer (2009), apontando a sua dimensão formativa e as condições para que ele possa ocorrer. Ressaltou-se a possibilidade de interpretar o jogo como base ontológica para discutir o diálogo, na medida em que o ato de jogar também implica uma postura de abertura e renúncia a qualquer tentativa de domínio do outro. Tanto



no jogo, como no diálogo, a dimensão formativa encontra-se nas transformações decorrentes do espelhamento do indivíduo e a capacidade de expandir as suas individualidades. Discorreu-se ainda sobre o pressuposto gadameriano de que a incapacidade do diálogo estaria intimamente associada com o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como a introjeção de uma racionalidade instrumental.

Na segunda seção do artigo, argumentou-se que, na contemporaneidade, a incapacidade do diálogo, para além do aperfeiçoamento e desenvolvimento de novos dispositivos comunicacionais, precisa ser interseccionada com a emergência e consolidação da lógica neoliberal. Partiu-se do pressuposto que em decorrência do neoliberalismo há uma mudança de caráter antropológico e ontológico que reverbera nos modos de relacionar-se com os outros. Defendeu-se uma suposição de que as mudanças mercantis e nas esferas produtivas da sociedade passaram a exigir/produzir uma nova subjetividade e inserem o indivíduo em um circuito de desejo-consumo, representando o fim dos interditos (DUFOUR, 2008). Em contrapartida, o diálogo, compreendido como uma dimensão ética-formativa requer, justamente, o autolimitar-se (ROHDEN, 2020).

Por fim, entende-se que a incapacidade do diálogo, se tomada como fomentada pelas mudanças antropológicas e ontológicas em curso, tende a assumir uma dimensão de catástrofe social, levando à iminência de eventos de barbárie. Tal perspectiva, justifica-se na medida que ao indispor-se ao diálogo, o indivíduo tende a desenvolver uma compreensão endogâmica de mundo, pela qual reforça os seus pressupostos não colocando-os sob o crivo da coletividade.

REFERÊNCIAS

- ANDREOLI, V. **Homo stupidus stupidus**. Milão/Itália: Mondadori Libri S.p.A., 2018.
- BLANCO, Enrique Sérgio. **O desenvolvimento do pensar crítico e o diálogo vivo: possibilidades de uma pedagogia hermenêutica**. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação - PUCRS. Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/10688/5/TES_ENRIQUE_SERGIO_BLANCO_COMPLETO.pdf



- CASARA, Rubens R. **Contra a miséria neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- CASARA, Rubens. R. **Estado pós-democrático**: Obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Brasileiras, 2019.
- CASARA, Rubens. R. **Sociedade sem lei**: Pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CENCI, Angelo Vitorio. Neoliberalismo. capital humano e educação. In.: FÁVERO, Altair. A.; TONIETO, Carina.; CONSALTÉR, Evandro. (Org.). **Leituras sobre educação e neoliberalismo**. Curitiba: CRV, 2020. p. 87-106.
- CRUZ, Raimundo José Barros. Hermenêutica e educação: o sentido gadameriano de diálogo ressignificando as relações pedagógicas. **Revista Espaço Acadêmico**. nº 112. p. 43-50. Set. 2010.
- DALBOSCO, Claudio A. **Educação e Condição Humana na Sociedade Atual**. Formação humana, formas de reconhecimento e intersubjetividade de grupo. Curitiba: Appris, 2021.
- DALBOSCO, Claudio Almir. **Pedagogia filosófica**: cercanias de um diálogo. São Paulo: Paulinas, 2007.
- DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOWBOR, Ladislau. **Democracia Econômica**: Alternativas de Gestão Social. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.
- DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca**: Novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.
- DUFOUR, Dany-Robert. **O Divino mercado**. A revolução cultural liberal. Rio de Janeiro: Companhia Freud, 2005.
- DUNKER, Chistian. A hipótese depressiva. In.: SAFATLE, Vladimir.; SILVA JUNIOR, Nelson da.; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. In.: p. 177-214.
- DUNKER, Christian. **Paixão da ignorância**. A escuta entre a psicanálise e educação. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FERREIRA, Hugo Monteiro. **A geração do quarto**. Quando crianças e adolescentes nos ensinam a amar. Rio de Janeiro: Record, 2022.
- FLICKINGER, Hans-Georg. **A caminho de uma pedagogia hermenêutica**. Campinas, **CADERNOS PET**, V. 15, N. 29



SP: Autores Associados, 2010.

FLICKINGER, Hans-Georg. **Gadamer e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FRANCO, Fábio. *et al.* O sujeito e a ordem do mercado: a gênese teórica do neoliberalismo. In.: SAFATLE, Vladimir.; SILVA JUNIOR, Nelson da.; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023, p. 47-76.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método II**. Complementos e índice. 4 edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Traços Fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

HAN, Byung-Chul. **Não-coisas**. Reviravoltas do mundo da vida. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica - O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. 7ª ed. Belo Horizonte: Editora yiné, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HEIDEGGER, Martin. **A questão da técnica**. *Scientiae Studia*, v. 5, n. 3, p. 375–398, Jul. 2007.

HERMANN, Nadja. **Hermenêutica e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante Editora, 2020.

POSTMAN, Neil. **Divertirse hasta morir: El discurso público en la era del show business**. 2 ed. Barcelona/Espanha: Ediciones de la Tempestad, 2001.

ROHDEN, Luiz. A virtude da solidariedade na hermenêutica enquanto um jogo de fusão de horizontes. **Ethic@**. Florianópolis, Santa Catarina. v. 19. n. 1. p 135-148. Maio 2020.

SERRES, Michel. **Polegarzinha**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.